COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 4.106, DE 2012

Regulamenta o exercício da profissão de Supervisor Educacional, e dá outras providências.”

Autor: Deputado ADEMIR CAMILO

Relator: Deputado ARTUR BRUNO

I – RELATÓRIO

O projeto em epígrafe visa a regulamentar o exercício da profissão de Supervisor Educacional, cujo objetivo de trabalho é, segundo a proposição, “articular crítica e construtivamente o processo educacional, motivando a discussão coletiva da Comunidade Escolar acerca da inovação da prática educativa a fim de garantir o ingresso, a permanência e o sucesso dos alunos, através de currículos que atendam as reais necessidades da clientela escolar, atuando no âmbito dos sistemas educacionais Federal, Estadual e Municipal, em seus diferentes níveis e modalidades de ensino e em instituições públicas e privadas”. O profissional coordenará e contribuirá nas atividades de planejamento, execução, controle e avaliação do Projeto Político Pedagógico, junto com os demais especialistas, direção e professores da escola. O termo ‘Supervisor Educacional’ deverá ser considerado sinônimo de ‘Supervisor Escolar’ e ‘Supervisor Pedagógico’, para os efeitos legais.

Dispõe o projeto que o exercício da profissão em foco é exclusivo dos portadores de diploma de curso superior em Pedagogia ou em nível de pós-graduação, devidamente registrado e reconhecido pelo Conselho Nacional de Educação, nas modalidades de licenciatura plena em Pedagogia e/ou Habilitação em Supervisão Escolar e de pós-graduação em Supervisão Educacional.

Estipulam-se as seguintes atribuições para o Supervisor Educacional:

I – Participar, junto com a comunidade escolar, do processo de elaboração e atualização do Regimento Escolar e utilização deste como instrumento de suporte pedagógico;

II - Coordenar, junto com os professores, o processo de sistematização e divulgação das informações sobre o educando, para conhecimento dos pais, criando processos de integração com a escola;

III – Mobilizar os professores da unidade escolar para qualificação do processo ensino-aprendizagem, através da composição, caracterização e acompanhamento das turmas e horário escolar;

IV – Supervisionar o cumprimento dos dias letivos e horas/aula estabelecidos legalmente;

V - Assessorar os sistemas educacionais e instituições públicas e privadas nos aspectos concernentes à ação pedagógica;

VI – Propiciar condições para a formação permanente dos educadores em serviço;

VII – Orientar e acompanhar os professores no planejamento e desenvolvimento dos conteúdos, bem como sugerir novas metodologias que os avaliem na prática pedagógica e aperfeiçoem seus métodos didáticos;

VIII – Planejar e coordenar atividades de atualização no campo educacional;

IV – Coordenar o processo de sondagem de interesses, aptidões e habilidades do educando;

X - Acompanhar o desenvolvimento da proposta pedagógica da escola e o trabalho do professor junto ao aluno auxiliando em situações adversas.

XI- Participar da análise qualitativa e quantitativa do rendimento escolar, junto aos professores e demais especialistas, visando

reduzir os índices de evasão e repetência, e qualificar o processo ensino-aprendizagem;

XII – Valorizar a iniciativa pessoal e dos projetos individuais da comunidade escolar.

Destaca ainda que os portadores de diplomas estrangeiros devem obedecer ao disposto na legislação e que os novos profissionais terão o direito de se organizar em entidades de classe.

A proposta é justificada com o argumento de que o supervisor educacional, “no processo didático, é indispensável na escola como elemento articulador no planejamento, no desenvolvimento pedagógico e institucional da Unidade Escolar, atuando nas relações internas e externas da escola, envolvendo os professores, alunos, seus pais e a comunidade como um todo.” Menciona-se ainda que “a supervisão educacional, escolar ou pedagógica constitui-se num trabalho profissional que tem o compromisso juntamente com os professores de garantir os princípios de liberdade e solidariedade humana, no pleno desenvolvimento do educando, no seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho e, para isso assegurar a qualidade de ensino, da educação, da formação humana.” E conclui que “A regulamentação do exercício profissional é importante e necessária na maioria das profissões. O objetivo de tal procedimento é o de oferecer à sociedade instrumentos para controlar a qualidade do exercício da profissão e exigir o cumprimento dos deveres e direitos dos profissionais.”

O projeto foi apresentado na Câmara dos Deputados em 26/06/2012 e a Mesa Diretora o encaminhou às Comissões de Educação e Cultura; Trabalho, de Administração e Serviço Público e Constituição e Justiça e de Cidadania, para Parecer. A Proposição se sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões e tramita em regime ordinário.

Na Comissão de Educação e Cultura, onde deu entrada em 01/08/2012, o projeto não recebeu emendas no prazo regimental.

É o Relatório.

II – VOTO DO RELATOR

De início quero registrar que esta proposta de regulamentação do exercício da profissão de Supervisor Educacional vocaliza antigos anseios de parte significativa da comunidade escolar nacional, que reconhece a importância do papel pedagógico e político deste profissional na instituição escolar, articulador fundamental de todas as dimensões envolvidas no processo de ensino-aprendizagem. Dá corpo também à vontade política das Associações e Entidades representativas da categoria dos supervisores educacionais, supervisores escolares e supervisores pedagógicos, que, em todas as unidades da Federação, há muitos anos pelem no sentido de ver regulamentado o seu trabalho.

É preciso ressaltar que no Congresso Nacional este pleito já tem bela história. Apresentado em 2001, por meio do projeto de lei de autoria do então Deputado Cezar Schirmer, tramitou nesta Casa, tendo sido a proposição aprovada por unanimidade pelas Comissões de Educação e Cultura; de Trabalho, de Administração e Serviço Público; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. Enviada ao Senado Federal, foi também ali aprovada na Comissão de Educação e na Comissão de Assuntos Sociais. Infelizmente, porém, a iniciativa não logrou êxito no Executivo, o que nos faz, nesta oportunidade, propor sua aprovação, por justa e oportuna que, no nosso entendimento, continua a ser.

O grande educador Anísio Teixeira, então Diretor do INEP, assim escrevia nos idos de 1961, ao constar as mudanças registradas nas instituições escolares:

“(..) da célula da classe, onde está o professor realizando a obra completa de educação, saem as três grandes especialidades da Administração Escolar: o *administrador* da escola, o *supervisor* do ensino e o *orientador* dos alunos. E à medida então que a nossa tarefa aumenta e passamos a ter que educar toda a gente, será este pugilo de homens, a presidir a escola, que irá dar aos professores das classes aquele saber que eles antigamente tinham por si mesmos, as condições necessárias para que possam fazer nas classes o mesmo que faziam antigamente os professores onicompetentes e de longa e contínua experiência. Por conseguinte, se antigamente era o professor a figura principal da escola, hoje num grande sistema escolar, com a complexidade

moderna, complexidade que agora chega a atingir a própria Universidade - a escola terá que depender do administrador e de seus *staffs* altamente especializados, que elaborem especificamente todo o conjunto de ensinamentos e de experiências, que antigamente constituía o saber do próprio professor da antiga instituição pequena e reduzida, a que servia com sua longa experiência e sua consumada perícia.”

Pois bem, é justamente do supervisor pedagógico ou educacional, um dos braços indispensáveis da instituição escolar moderna, ressaltados pelo grande mestre Anísio, que aqui tratamos. Quanto ao mérito da proposta, é indisputável a importância dos profissionais em questão para a efetividade da conquista do direito à educação e, principalmente, do direito ao aprendizado por parte das crianças e jovens que frequentam o espaço escolar, na medida mesma em que desempenhem com êxito o seu papel articulador de todos os aspectos e dimensões que compõem a rica e complexa atividade do ensinar e aprender. O proponente do projeto destaca o amplo escopo das diversas atividades próprias do exercício profissional do Supervisor Educacional, ressaltando ainda que, em termos gerais, lhe caberá coordenar e contribuir nas atividades de planejamento, execução, controle e avaliação do Projeto Político Pedagógico da escola, juntamente com a direção, os demais especialistas e professores da Unidade Educativa.

Em pesquisa recente, que ofereceu subsídios para dissertação de mestrado defendida pela profa. Rosângela dos Santos Correa, na UERJ, constatou-se que atualmente o trabalho dos supervisores educacionais não está mais restrito às escolas da rede pública e privada de ensino: espalha-se também pelas secretarias de educação, pelos conselhos de educação e ainda junto aos Conselhos Tutelares e Ministério Público, o que só faz reiterar a importância de que se regulamente o exercício profissional de categoria tão relevante para a vida da sociedade.

Por outro lado, chama-se a atenção para o aspecto referente à base legal para o exercício da profissão em tela, devidamente apontado no projeto: conforme o art. 64 da LDB (lei 9394/1996), a formação de profissionais para a supervisão educacional, tanto quanto para a administração, planejamento, inspeção e orientação educacional, deve ser feita em cursos de graduação em Pedagogia ou em nível de pós-graduação, assegurado, em qualquer caso, o cumprimento de uma base nacional comum.

Em vista do exposto, nosso voto é pela aprovação do projeto de lei nº 4.106, de 2012, que “regulamenta o exercício da profissão de Supervisor Educacional, e dá outras providências”, para o qual pedimos o apoio de nossos nobres Pares.

Sala da Comissão, em de setembro de 2013.

Deputado ARTUR BRUNO
Relator